

## MARCONDES DE SOUSA E A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUÊSA (1).

A **Revista de História** de São Paulo acaba de reunir, sob o título de **Algumas achegas à história dos descobrimentos marítimos** (2), vinte artigos nela publicados sobre esse tema, pelo seu colaborador o Prof. T. O. Marcondes de Souza. Destaca-se nesses artigos o crítico penetrante, habituado a servir à cultura com erudição, valentia e elevados propósitos. Tais qualidades são duplamente apreciados neste caso porque a **Revista de História** (3) de São Paulo, órgão oficial do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, é lida por um grande número de seus alunos e ex-alunos.

Marcondes de Souza publicou em 1912 a sua primeira obra: **A descoberta da América e a suposta prioridade dos portugueses**, e seus livros posteriores sobre o descobrimento do Brasil e as viagens de Américo Vespúcio, assim como suas críticas, permaneceram fiéis às suas idéias juvenis. Transcende em sua campanha idealista um sentimento permanente de justiça, que protesta contra certas produções historiográficas lusitanas, relativas aos fatos e personagens dos descobrimentos marítimos. Consideram os estudiosos dessa escola, chamemo-os assim, que a história já resolveu a questão das verdadeiras prioridades e consideram isso um capital que devem manter a qualquer custo, fechando-se a tóda e qualquer emenda documental. Procuram tapar buracos *ad usum delphini*, mas não tocar no estabelecido. E assim a rotina é lei. Os cronistas portugueses do século XVI ao XVIII, e os historiadores do XIX até Oliveira Martins, não sofreram dêsse mal, mas desde Santarém, essas idéias foram lançadas e se impuseram os princípios nacionalistas como senha sentimental. Consiste em atribuir precedência e superioridade no campo da náutica, da astronomia, das matemáticas e da cartografia, a sábios portugueses; e o conhecimento de ilhas e terras, nos séculos XV e XVI, a seus reis e capitães. Prontamente rebaixaram o saber de espanhóis e italianos nas disciplinas citadas, e quando não têm nome para oferecer para um descobrimento, como o da costa norte do Brasil e o Amazonas, que pertence às expedições de 1499-1500 de Hojeda-Vespúcio, Pinzón e Lepe, acusam a êstes de falsidade, como o fêz Duarte Leite (4), ou baseados exclusivamente na imaginação, atri-

(1). — Texto espanhol traduzido por E. Simões de Paula (*Nota da Redação*).

(2). — Coleção da *Revista de História*, São Paulo, 1958. 280 págs.

(3). — Foi fundada em 1950 pelo ex-diretor da Faculdade, Prof. Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval, que continua dirigí-la e mantê-la como uma tribuna internacional de críticas livres e amplos debates históricos (*R. L.*).

(4). — *História da Civilização do Brasil*, Lisboa, 1923.

buem uma viagem em 1498 a Duarte Pacheco, chegando, faz pouco tempo, o Visconde da Lagoa (5) a aperfeiçoar o panorama, atribuindo à dita viagem imaginária, um descobrimento anterior sem antecedente nem documento conhecido em que se fundamentar.

Para fortalecer êste desenvolvimento de valores, dão os pro-sélitos desta escola excepcional importância à política do sigilo. Quando não possuem prova de primazia, invocam invariavelmente algum estratagema dialético dêste gênero: "isto foi assim, e se não aparece na documentação é porque a Corôa, tendo em vista a política de sigilo, **houve por bem suprimí-la**".

Dêsse modo, em tempo regido pelo pretérito imperfeito, temos como resultado que cada ausência de prova, na realidade, cada inexistência, se transforma em existência... secreta, todavia! Malícia supérflua. Poucos são os povos que no espaço de tempo compreendido entre a epopéia de d. Henrique e o reinado de d. João III, puderam evidenciar tão bons serviços prestados ao progresso humano, como a Lusitânia no descobrimentos, de rotas oceânicas, terras transatlânticas, criação de novas correntes comerciais e aperfeiçoamento da náutica. Não exagerou Camões ao enaltecê-la. Seus próprios filhos, entretanto por emulação, deformam a magna realidade daqueles tempos e com soberba intentam elevar aos pinaros seus heróis e acima dos demais. Êsse vão blasonar, êsse esgançamento para ser escutado, não passa de artifício; um par de ondas que levanta, porém não engrandece.

O Prof. Marcondes de Souza, sentinela da literatura histórica contemporânea, atacou muitas vêzes da sua guarita êsses excessos, fundamentando suas críticas com agudeza, no afã de alcançar eficiência construtiva. Por cáustico que seja ao responder, conserva o sentido de sua responsabilidade para com o leitor e a dignidade do homem que não rebaixa seu amor à ciência e à sinceridade de suas impugnações, com faltas injustas ou mesquinhos silêncios. Apoiado em sua vasta erudição, maneja com agilidade seu estilo epigramático, atrás dos conceitos que faltam à verdade, menoscabam ou desfiguram, e onde desmonorou extravagâncias, reedifica sólidamente. Ocorrências dissimuladas aparecem em seus ensaios e restitui a personagens e fatos o valor que alguém apaixonado retirou-lhes, ou vice-versa, arranca máscaras de gigantes de feira. Conhece bem sua bibliografia e quando as invocações de prioridade são injustas e os meios utilizados para afiançá-los infundados, retifica com singular franqueza, preocupando-se em não deixar nada por responder.

Que o sigilo foi praticado pelos Reis de Portugal, não há nenhuma dúvida. Era a natural consequência de possuir segredos e projetos novos. Desde que Cartago — assim se diz — ocupou as terras verticais estiradas entre a Ibéria e o Celeste Império, e matava quem descobrisse êsse conhecimento, os designios ocultos existiram sempre, e muito tempo antes de que a Lusitânia tivesse motivo para proteger os seus, existiam nas chancelarias assuntos reservados, linguagem cifrada e embaixadores para servir às tramas do passado e do futuro.

---

(5). — *Anais*, Lisboa, 1953.

Com suas feitorias ao largo da África, os extraordinários descobrimentos de Vasco da Gama e Álvares Cabral, o prolongamento das conquistas de Almeida e Albuquerque até às Malaias e às Molucas, não convinha a Portugal que outras potências conhecessem suas rotas, alcançassem por lado algum suas possessões, ou estivessem planejando tudo quando êle se propunha realizar. Dessas razões de estado nasceram linhas raras nos mapas, na difusão dêles, de cartas **ad-hoc** e de opúsculos destinados a propaganda. Delas também surgiu uma luta dura contra a curiosidade de Veneza, Antuérpia, Augsburgo e Florença para quem saber a verdade era necessidade econômica vital. Êsses processos, normalíssimos nas relações exteriores de então, representavam a defesa de interêsses. Os protestos dos críticos contra a utilização da política de sigilo não apresentam inimizade alguma contra Portugal, nem se dirige às medidas de estado, são motivadas exclusivamente pelas deduções táticas em que se empenham em tirar da dita política o grupo de "**chauvinistas**" que há cinquenta anos a encarecem, administram e impõem.

Para os que aspiram, como Marcondes de Souza e outros investigadores, reconstituir êsse primeiro periodo da história continental, êsse proceder cheio de orgulho e preconceitos de uma escola permanece impedindo o verdadeiro conhecimento dos fatos. Salta aos olhos que em Lisboa como em Coimbra e Pôrto, os temas de ciências e descobrimentos marítimos de fins do século XV e primeiros decênios do XVI, aparecem em teses de jovens universitários com o estilo da idade, porém com os dogmas que se ligam estreitamente aos textos de ensino do inflexível "sigilo". Quando abrirão os olhos ante a audaz ficção?

"La verdad adelgaza y no quiebra y siempre anda sobre la falacias como el aceite sobre el agua" disse don Quixote. Algum dia o feitiço virará contra os feiticeiros. A tarefa depuradora e justiceira de Marcondes de Souza, agora, leit-motiv de **Algumas Achegas à história dos descobrimentos marítimos**, merece a gratidão de quantos esperam fixar as idéias e os feitos que correspondem à Espanha, Itália e Portugal, na criação do continente. A totalidade dêsse magno esforço é herança da América, e ela não pode admitir que a pretexto de **evocações históricas** se inventem prioridades e sugiram viagens, das quais não ficaram a menor evidência. Não só se desequilibra assim a contribuição das partes construtoras, mas se falseiam igualmente a cronologia dos fatos e as origens espirituais da obra em comum. Como não ler pois quem, como altruista colega brasileiro, sacrifica seu tempo à tarefa de refutar tais fantasias?

**ROBERTO LEVILLIER**